

DECLARAÇÃO DE

CORREIO BRAZILIENSE

HUMANIDADE

Ricardo Balestreri

01 JAN 1998

Este ano, a Declaração Universal dos Direitos Humanos completa cinquenta anos. Começamos agora um período de doze meses de celebrações preparatórias.

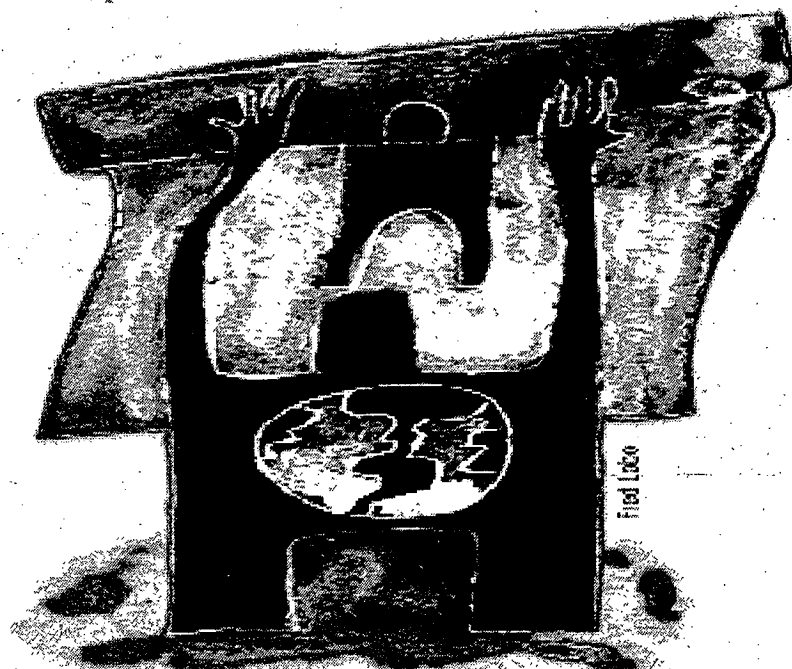
Qual a importância disso? Por que celebrar? O que temos a ver com o fato?

Uma reflexão sobre nossas circunstâncias pode apontar algumas respostas ao mesmo tempo em que faz outras perguntas.

Não raras vezes ficamos deslumbrados diante das maravilhas tecnológicas que nos acompanham na contemporaneidade. Não é incomum que nos sintamos privilegiados em viver dias de grandiosidade, de formidáveis descobertas, de realização de sonhos que não ousáramos sonhar. Alvin Tofler estima que os conhecimentos do planeta dobrem, em ritmo vertiginoso, a cada cinco anos, e nos ensoberbecemos — não sem razões — por essa façanha!

Esquecemo-nos, contudo, muitas vezes, que não são essas as principais conquistas da humanidade (esquecemos mesmo que não são conquistas da maioria, que as benesses tecnológicas permanecem inaceitavelmente distantes da maior parte do planeta, que multidões famélicas se espriam pelos cinco continentes em permanente anacronia com a modernidade).

Quais, então, as vitórias humanas que evocam mais justo orgulho, as que melhor poderiam expressar a qualidade de nossa evolução desde os primórdios? Nem arquitetônicos, nem médicas, nem matemáticas, nem químicas, nem espaciais, nem



eletrônicas, nem informáticas — são, antes de tudo, vitórias morais.

Se há algo que possa ser considerado essencial ao que chamamos civilização esse algo é a construção, lenta mas irreversível, do edifício da dignidade de cada ser humano e suas comunidades. Não há obra mais bela que a consciência ética. Podemos dar vários nomes a esse tesouro. Cidadania e direitos humanos são duas expressões significativas da contemporaneidade para emblematizar tão magnífica realidade.

Evidentemente, como já afirmado, falta muito. São poucos os cidadãos efetivamente respeitados. A maioria dos países ignora solenemente a

questão dos direitos humanos. No entanto, os poderosos vivem tempos incômodos. A barbárie já não é bem tolerada e, a cada dia, outras vezes se elevam, outras mãos se entrelaçam em clamor de universal solidariedade. Não é apenas poética, é política, e da melhor qualidade!

O muito que há de fazer não nos rouba o otimismo realista, a esperança obreira, que é seminal hoje e será amanhã.

Toda grande causa — e essa é a maior delas — necessita de seus marcos de referência. Eles são, em primeiro lugar, legados históricos, são patrimônio do espírito, são reservas morais acumuladas.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos coroa, como síntese, o sofrido labor de milhões por uma sociedade mais justa, e aponta, como um competente mapa, os caminhos do presente e do futuro desejados. Não está só, no entanto, como marco referencial de civilidade. Ao seu lado e por ela engendrado, um corolário de pactos, convenções e tratados internacionais dá testemunho de nosso valor como criaturas racionais e afetivas e de nossas imensas potencialidades.

É papel, dirão alguns. É luta feita letra, diremos nós. É constatação e é proposta. É roteiro. Foram necessários milênios para que se admitissem paradigmas universais de caráter igualitário. São epístolas humanizadoras que nos comprometem a não esquecer o melhor de nossa história, que continua como promessa e possibilidade. Sistematizam, dão ordenamento e justificam poderosamente nosso fazer social. Atas da humanidade é o que são!

Alguns teólogos progressistas dizem que a Bíblia continua a ser escrita, mesmo que talvez não nos apercebamos da função sagrada de muitas coisas que produzimos na linguagem da modernidade. Se acreditarmos nisso, mui respeitosamente poderemos considerar esses textos, ofertados por mãos do presente, como as novas obras divinamente inspiradas.

■ Ricardo Brisolla Balestreri, psicopedagogo-clínico, é presidente da Anistia Internacional — Seção Brasileira